

APRESENTAÇÃO

Vinte anos de etnologia indígena das terras baixas da América do Sul (1996-2016)

Artionka Capiberibe¹

É manifesto que balanços bibliográficos são excelentes fontes para a história das ideias científicas, fornecendo um quadro das questões teórico-metodológicas mobilizadas pela literatura apreciada. De outra parte, eles são também termômetros das agendas de pesquisa que pautaram (e continuam a guiar) uma disciplina, área ou mesmo um tema particular dentro destas. A antropologia, em particular, de tempos em tempos recorre à produção dessas revisões, que parecem ter uma dupla função: recuperar e medir o andamento da produção, servindo como bússola aos novos pesquisadores; e colocar novas questões, podendo com isso provocar mudanças nas agendas de pesquisa, as quais irão, certamente, transparecer em revisões bibliográficas futuras.

Em retrospecto, a etnologia indígena das terras baixas da América do Sul, cujo campo não se constitui como um dos mais povoados de pesquisadores no conjunto das subáreas da antropologia, tem acumulado uma produção razoável de artigos de balanços bibliográficos e coletâneas que buscam compendiar estudos sobre os povos indígenas localizados nesta região do globo. A título de ilustração, pode-se apontar ao menos sete balanços: o ensaio fundador de Florestan Fernandes “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil” (1958), originalmente publicado

em 1956; duas décadas depois, a introdução de Egon Schaden à coletânea *Leituras de etnologia brasileira* (1976); o artigo de Anne-Christine Taylor “L’Américanisme tropical, une frontière fossile de l’ethnologie” (1984); duas resenhas de Paul Henley (1980, 1996); e, por fim, os dois balanços publicados pela Anpocs, num intervalo de dez anos, escritos por Eduardo Viveiros de Castro (1999) e Alcida Rita Ramos (2010).

Em matéria de coletâneas e livros dedicados a rever e também propor novos direcionamentos à produção em etnologia indígena a quantidade é igualmente razoável, destacando-se em ordem cronológica os livros de orientação de leituras, produzidos por Herbert Baldus, *Bibliografia crítica da etnologia brasileira* (1954, 1968), que em 1984 ganhou um terceiro volume, organizado por Thekla Hartmann; a compilação *Native South Americans: ethnology of the Least Known Continent* (1974), editada por Patricia J. Lyon; a já mencionada coletânea organizada por Schaden (1976); o livro *Amazônia: etnologia e história indígena* (1993), organizado por Carneiro da Cunha e Viveiros de Castro; e o número especial da revista *L’Homme, La remontée de l’Amazone* (1993), dossiê organizado por Philippe Descola e Anne-Christine Taylor. Também no âmbito

1 Professora do departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp) e diretora do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena (CPEI – mandato 2017-2019).

das coletâneas de referência, mas formulados em torno de eixos centralizadores, estão o compêndio *História dos índios no Brasil* (1992), de Manuela Carneiro da Cunha, e o livro *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico* (2002), organizado por Bruce Albert e Alcida Rita Ramos.

Há ainda quatro publicações icônicas neste campo que importa mencionar. Os sete volumes do *Handbook of South American Indians*, publicados entre 1946 e 1959, que trazem um extenso mapeamento das populações indígenas, associado à uma leitura teórica desta região temperada pelo neoevolucionismo que guiava seu organizador, Julian Steward. Na mesma linha de mapeamento, mas fundamentado por orientações conceituais muito distintas, o livro *Índios do Brasil*, de Julio Cezar Melatti (1993), foi publicado pela primeira vez em 1970 com o objetivo de apresentar a um público de leigos informações acessíveis sobre as populações indígenas no Brasil, oferecendo um quadro considerável do conhecimento etnológico a esse respeito. O livro foi sendo atualizado na página do autor na internet², avolumando a quantidade de dados etnográficos e de produção bibliográfica associada a estes, estendendo-se para muito além dos povos que habitam o solo brasileiro.

As outras duas publicações tampouco são estritamente balanços, mas, por meio de discussões sobre materiais produzidos com trabalhos de campo de maior fôlego e rigor acadêmico³, elas se destacam por terem tido a força de propor novos programas de pesquisa cujos desdobramentos ainda se fazem sentir e

rendem reflexões no presente. Refiro-me aos textos de Joanna Overing Kaplan (1977) que abrem e fecham o conjunto de 26 apresentações do simpósio Social Time and Social Space in Lowland Southamerican Societies, presentes nos *Anais do XLII Congresso Internacional dos Americanistas*, ocorrido em 1976, em Paris. A outra publicação é o texto escrito a seis mãos por Anthony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro, “A construção da pessoa nas sociedades indígenas” (1979), também produto de um simpósio, ocorrido em 1978 no Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intitulado “A pesquisa etnológica no Brasil”, cujo objetivo de discutir temas e linhas de pesquisa nesta área termina por dar sequência às questões tratadas no Congresso dos Americanistas dois anos antes.

Essa enumeração não se pretende nem exaustiva, nem homogênea. Por um lado, trata-se, como apontado, de um elenco de estudos com formatos, escopos, amplitudes e problemas distintos. Por outro lado, um olhar sobre as questões postas nos balanços mais recentes (VIVEIROS DE CASTRO, 1999; RAMOS, 2010) é suficiente para demonstrar que estamos hoje cada vez mais distantes do quadro “instável e confuso” de conhecimento sobre o tema, como era no início dos anos 1970 (DESCOLA; TAYLOR, 1993, p. 15). De lá para cá, o que se produziu de balanços, levantamentos e epistemologias críticas multiplica-se ainda mais se considerarmos as publicações por temas específicos, como os que compõem este dossiê.

2 Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

3 Aparecem na bibliografia como fatores preponderantes para essa mudança na produção da etnologia indígena o impulso dado, no começo dos anos 1960, às pesquisas de campo pelo Harvard/Central Brazil Project, coordenado por D. Maybury-Lewis, pelos projetos Estudo Comparativo das Sociedades Indígenas do Brasil e Áreas de Fricção Interétnica, ambos coordenados por Roberto Cardoso de Oliveira e integrando o projeto Harvard-Museu Nacional (Melatti, 1984, p. 158, 2002, p. 181). Outro fator fundamental nessa transformação foi a criação e consolidação de programas de pós-graduação em antropologia social, a partir do final dos anos 1960.

O acúmulo de conhecimento formado com a passagem do tempo desencoraja qualquer pretensão a inventariar, de maneira absoluta, tudo aquilo que vem sendo investigado e escrito sobre populações indígenas nesta área da disciplina antropológica. Mais interessante e viável que uma leitura que se pretenda acabada, é observar um triplo efeito do adensamento desta produção científica, que se expressa, na expansão da quantidade de populações indígenas tornadas conhecidas⁴, no aumento e consequente aprofundamento desse conhecimento e na emergência de uma literatura científica que começa a ser produzida por intelectuais indígenas, dentro e fora das universidades. Esses elementos têm dado vazão ao surgimento de novas abordagens e ferramentas teórico-metodológicas. Isto, por sua vez, enseja o aparecimento de temas e conceitos que vão se constituir como modelares, oferecendo alguns problemas-chave a serem tratados por meio das pesquisas empíricas, os quais progressivamente vão substituindo e tornando obsoletos paradigmas (e terminologias) anteriores.

Um exemplo emblemático de obsolescência de conceito é o que se processou com a teoria da aculturação que, grosso modo, preconizava a mudança cultural dos povos indígenas em contato com os brancos e sua transformação em não indígenas integrados à

sociedade nacional⁵. Em Schaden (1976), vê-se que as teorias sobre aculturação gozavam de um lugar tão central e constituído na disciplina que se tratava apenas de lhe propor novas abordagens, como a que se segue:

o processo aculturativo dos grupos tribais foi sendo compreendido cada vez mais em termos da pluralidade de fatores ativos na conjunção interétnica, ou seja, considerando não apenas unilateralmente as culturas e sociedades índias e as mudanças por elas sofridas, mas também [...] a variedade de situações socioculturais e econômicas do homem branco ou mestiço em contato com o silvícola” (Ibidem, p. 15)⁶.

Este trecho é também exemplar de um vocabulário que hoje a antropologia não mais comporta, como “grupos tribais” e “silvícolas”⁷.

Uma gnoseologia dessa área permite ainda perceber que, com a afluência de novas teorias, categorias analíticas e mesmo de novos objetos de interesse, parecem instituir-se círculos de debates que tanto giram em torno de si – formando algo próximo às escolas que Thomas Kuhn aponta como competidoras no estabelecimento de um paradigma científico que, sendo todas científicas, apresentam “formas incomensuráveis de ver o mundo e de praticar

4 Um exemplo destacado da multiplicação do conhecimento sobre povos indígenas pela etnologia pode ser visto no artigo de Carvalho e Reesink deste dossiê, quando delineiam os diferentes contextos nos quais irão discutir identidades e territorialidades, apresentando a diversidade de populações indígenas surgidas em processos de etnogênese e/ou autoidentificação.

5 Para uma análise da política de Estado empreendida neste sentido, cf. Lima (1992).

6 Mais recentemente, a palavra “aculturação” tem sido reapropriada pela etnologia indígena, mas de modo radicalmente ressignificado no sentido de acentuar processos sociais que estão longe da noção de perda, associada ao conceito originário. A ideia trabalhada é a de que uma “cultura” X pode se constituir enquanto aculturação. É o que mostra Marcela Coelho de Souza (2010) sobre o modo como os Kinsédjê (povo de língua jê) se concebem dentro do contexto xinguanos em que estão inseridos, apesar de sua participação “instável, periférica e complexa” no conjunto multiétnico e plurilíngua da terra indígena do Xingu (Ibidem, p. 99).

7 Deve-se, no entanto, constatar que, apesar de seu banimento da antropologia, a disciplina não logrou sucesso em desconstruir esses termos para fora da academia.

ciência nele” (1996, p. 4, tradução minha)⁸ –, como se atacam de maneira entrecruzada, expondo disputas pelo lugar de relevância e legitimidade no enfrentamento dos assuntos que performam a etnologia indígena.

É nesse cenário mais amplo de balanços sobre a produção intelectual em etnologia indígena que se situa o empreendimento contido neste dossiê. Os cinco artigos que o compõem oferecem ao leitor trilhas possíveis de acesso a questões constituintes dos temas que abordam, a saber: xamanismo, chefia, territorialidades/identificações, parentesco e arte indígena⁹. O período recoberto é de vinte anos de produção, aproximadamente de 1996 a 2016¹⁰, período no qual se apresentam para a área orientações teóricas inovadoras, cujas apropriações e desenvolvimentos são perceptíveis em muito da produção aqui revisitada, tais como: o lugar central da afinidade no parentesco; o perspectivismo e a virada ontológica; os desdobramentos da relacionalidade nos estudos sobre política (e também sobre parentesco); os conceitos sobre territorialidade e territorialização; entre outros gatilhos analítico-conceituais. Ressalve-se, no entanto, que esta datação foi encarada pelas autoras e autores como uma espécie de orientação flexível de limites, pois os textos se estendem um pouco mais para o passado e para o presente. Com isso, por um lado, previnem lacunas que pudessem criar alguma ilusão de continuidade entre décadas alternadas, acionadas nos textos; e, por outro, alcançam o máximo possível de atualidade da bibliografia.

A ideia de um balanço tematicamente dividido é tributária não somente do já mencionado volume crescente de pesquisas na etnologia indígena das terras baixas da América do Sul

(TBAS), mas também de uma especialização cada vez mais marcada dos objetos de pesquisa, o que, por sua vez, como se vê nos artigos deste dossiê, tem gerado diálogos bibliográficos setorizados. No entanto, este aumento da especialização temática parece vir acompanhado eventualmente de diálogos entre tendências originalmente geradas dentro de paradigmas distintos, mostrando que a etnologia das TBAS é mais heterodoxa do que a menção anterior às escolas de Kuhn (1996) pode fazer parecer.

Além dos vinte anos que o dossiê propõe como balizas, o recorte geográfico também pede alguma explicação. Por que etnologia indígena das TBAS? Por que não etnologia indígena brasileira? Seguindo no rastro dos dois últimos balanços (VIVEIROS DE CASTRO, 1999; RAMOS, 2010) e considerando que essa denominação, consagrada pelos estudos em etnologia indígena, é, como bem a define Oscar Calavia Sáez no artigo que compõe este número, “um tanto brasilcêntric[a]”. Contudo, o diálogo interinstitucional e internacional, cada vez mais intenso entre as pesquisas etnológicas realizadas na América do Sul, vem mostrando um espraiamento sugestivo destas para além das fronteiras do Brasil.

Então, o que seriam as tais TBAS? Numa acepção mínima, compõem uma área constituída principalmente pelas florestas tropicais sul-americanas cujos limites costumam ser definidos por contraste e oposição com as chamadas terras altas, que são basicamente as formações montanhosas andinas. Esse contraste foi por muito tempo visto tanto a partir de seu aspecto físico-geográfico quanto sociocultural, encampando uma divisão que remonta ao princípio da invasão europeia às Américas e que alimenta hipóteses variadas

8 No original: “incommensurable ways of seeing the world and of practicing science in it”.

9 A sequência dos artigos no dossiê segue a ordem em que foram submetidos à *BIB*.

10 A proposta deste dossiê foi apresentada à *BIB* no final de 2015.

a respeito de sua incidência nas sociedades indígenas (cf. LÉVI-STRAUSS, 2012; CLASTRES, 2011; TAYLOR, 1984). Isso sem falar do debate extenso e intenso sobre a orientação da influência entre terras altas e terras baixas na arqueologia – um desenvolvimento disso, como questão de fundo, pode ser apercebido no diálogo duro estabelecido entre Betty Meggers e as pesquisas conjuntas de arqueologia e antropologia no Xingu, conduzidas por Heckenberger, Fausto e Franchetto (MEGGERs et al., 2003).

Embora a etnologia contemporânea esteja reduzindo a distância entre terras altas e terras baixas via, por exemplo, cosmopolíticas indígenas (cf. artigo de Guerreiro, neste número), um olhar sobre a literatura dessa área permite ver que o classificador TBAS, sem pretender ser rigidamente delimitado, continua sendo um operador expressivo, autorizado por meio dos diálogos e comparações mobilizadas justamente por essa produção bibliográfica. A partir disso, pode-se tratar o recorte como um conceito com a potencialidade de implodir as fronteiras que supõe.

Trata-se de uma região que parece operar com aquilo que Julio Cezar Melatti chama de “área etnográfica” (2018) como alternativa à hoje muito superada noção de “área cultural”. Em sua definição, Melatti propõe uma “solução de compromisso” que coordena alguns aspectos elaborados por formas anteriores de classificação – pinçando destas elementos cujo rendimento analítico sobreviveu em pé à crítica teórica (o autor aponta a classificação linguística como exemplo disso) – e elementos que porventura resultem dos contextos etnográficos, como a proximidade crescente entre populações indígenas e não indígenas, que é um dos desenvolvimentos de sua concepção de “polos de articulação”.

A proposta aqui é estender a ênfase na “articulação social em vez da homogeneidade cultural”, que finaliza o artigo de Melatti, e sustentar a ideia de área etnográfica como um “nó” no vasto sistema de comunicação – logo, de transformações – entre os povos do subcontinente postulado por Lévi-Strauss nas *Mitológicas* (1964-1971). Assim, a expressão TBAS não diria respeito nem a uma área geográfica, nem a uma área cultural, mas a um recorte em grande medida etnográfico de um grupo de transformações que pode ser ampliado, evidenciando conexões “para fora”, ou reduzido, exibindo sua diversidade interna¹¹.

Ao mesmo tempo, os contornos dessa demarcação são também testados no dossiê pela inclusão da etnologia produzida a partir dos estudos sobre as populações indígenas do Nordeste, cuja interlocução com as pesquisas realizadas em outras regiões é, como indica o artigo de Carvalho e Reesink neste dossiê, muito restrita, apesar de possível.

No que concerne ao conjunto de artigos do dossiê, o leitor verá que cada um deles enfrenta de modos diferentes os temas de que tratam. Oscar Calavia Sáez, abordando o xamanismo – que, como aponta o autor, é um dos assuntos mais recorrentes nos estudos ameríndios, sem ser propriamente objeto central destes –, irá perseguir o sentido desta categoria analítica, delineando sua trajetória na disciplina e mostrando como sua adoção generalizada, levando-a a um nominalismo exacerbado que periga lhe esvaziar o sentido, chega ao termo do percurso empírico-teórico pelas TBAS como uma episteme dominante em que “sua mutabilidade não revela uma fraqueza na sua constituição, é o seu princípio

11 Agradeço o desenvolvimento dessa argumentação a um diálogo com Antonio Guerreiro, que muito gentilmente leu e comentou a versão inicial deste texto. Sou grata também às leituras ao manuscrito feitas por Ronaldo de Almeida e Isadora Lins França cujas preciosas sugestões foram aqui, em grande parte, incorporadas. Ressalvo, por fim, que qualquer incorreção contida no artigo se deve somente a mim.

constitutivo”. O artigo também mostra uma permeabilidade do xamanismo entre os mundos indígena e não indígena, o que, por sua vez, promove mais “mutabilidade”, aproximando estes dois mundos por meio de uma ação indígena ativa.

Quando se fala em chefia nas TBAS, Clastres é um autor incontornável, tendo sido produtor de teorias que continuam rendendo desenvolvimentos diversos. Esse é um dos aspectos trabalhados no artigo de Guerreiro, apontando sua incidência e a transformação de sentidos que decorre de aproximações e afastamentos em relação às principais teses clastreanas presentes em trabalhos de etnólogos americanistas. Esta estratégia favorece a economia de seu texto, sem abrir mão de uma condução argumentativa que irá se desdobrar em três outras linhas não necessariamente excludentes: uma que cercará os temas da hierarquia e chefia indígena num diálogo forte entre arqueologia e teorias antropológicas; outra que retoma uma discussão cara à etnologia mais contemporânea, debruçada sobre a centralidade do corpo e a noção de pessoa, buscando traçar uma “filosofia política ameríndia”; e uma terceira e última parte, na qual o autor expande o raio das discussões produzidas na etnologia das TBAS, mostrando uma comunicação que inclui Andes e Chaco e que trata também das relações dos indígenas com o Estado, acionando o dispositivo teórico das cosmopolíticas. O fechamento do artigo chama a atenção para as potencialidades futuras de problemas e questões postas ao campo mais amplo da política por intelectuais indígenas.

Os estudos de parentesco sempre demarcaram um campo especializado, fazendo uso de uma linguagem que, para os não iniciados, pode soar esotérica, manipulando uma espécie de álgebra, como dizia Malinowski (1930) ainda nos primórdios da antropologia. O artigo de Nicole Soares Pinto irá mostrar que este campo continua se especializando, o que

se percebe tomando como paralelo a resenha de Roque Laraia, “Os estudos de parentesco no Brasil” (1987). Na segunda metade dos anos 1980, Laraia apontava como centro das discussões de parentesco as noções de descendência e residência. Passados cerca de trinta anos, Soares Pinto irá mostrar como esses temas foram retrabalhados, sendo transferidos da cena central à posição de coadjuvantes modelizadores nas interpretações que hoje opõem meta-afinidade e metafiliação. O balanço mostra que onde antes atuavam sistemas, “grupos de descendência”, consanguinidade e totalizações, hoje operam relações (ou melhor, relacionalidades), corporalidade, afinidade e perspectivas, esvaziando-se, entre outras coisas, a ideia de unidades sociais acabadas.

O artigo de Maria Rosário de Carvalho e Edwin B. Reesink lança seu foco sobre uma região circunscrita das TBAS, o contexto etnográfico do Nordeste brasileiro, dando conta de uma transformação na etnologia indígena sobre os povos dessa região processada em duas escalas diferentes: por um lado, uma mudança no olhar das pesquisas sobre as populações que, num processo histórico, foram se constituindo e reconstituindo como indígenas; por outro, uma mudança no modo de atuação dos próprios indígenas, marcadamente pela ação política que se expressa de maneira contundente nos chamados processos de “retomada”, o que os aproxima também das populações indígenas que vivem no Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiro, como os Kaingang, Guarani e Kaiowá, Terena, entre outros. Nesse percurso, o artigo apresenta e discute conceitos fundamentais elaborados pela bibliografia sobre esta região, como territorialidade, identidade e etnogênese. Ao mesmo tempo, a leitura mostra uma transformação mais recente neste conjunto bibliográfico que se dá por meio de uma interação com a etnologia amazônica.

As artes indígenas são mais um dos temas que permitem uma abertura do conhecimento

numa dobradiça entre as sociocosmologias indígenas e o mundo não indígena, composto, é bom lembrar, tanto por humanos como não humanos. Esse é um dos liames que o artigo de Els Lagrou e Lúcia Hussak van Velthem irá desnodar, apontando, de partida, que o investimento no entendimento sobre esse tema pela disciplina antropológica é ainda “tímido”, apesar da riqueza material disponível. O balanço mostra como este campo de investigações particular irá se consolidar como tal, num processo de mais de vinte anos. Essa história é iniciada pelo estudo das expressões de conhecimento material, técnico e prático na chave dos sistemas e representações simbólicas. Posteriormente, a etnografia sobre as artes indígenas terá como centro analítico as ontologias nas quais as artes se apresentam, explorando, entre outros aspectos, a incorporação de capacidades agentivas das pessoas pelos artefatos, e aproximando as TBAS, em especial a Amazônia, dos estudos antropológicos sobre a Melanésia, sem, contudo, deixar de apontar particularidades daquele contexto em relação a este. O texto de Lagrou e van Velthem, assim como vários outros que compõem o dossiê, também se encerra abordando a inserção indígena no mundo dos brancos, dessa vez, por meio de suas expressões estéticas.

Como ressaltam todos os autores, nenhum dos balanços se pretende exaustivo. Essa mesma máxima vale para os temas pinçados para a construção do dossiê que, se podem ser concebidos em geral como de certa forma consolidados na bibliografia da área (alguns da própria disciplina antropológica), certamente não são os únicos possíveis num universo temático que, é sabido,

recompõe-se como parte própria do avanço das pesquisas e do entendimento científico. Neste sentido, poder-se-ia construir outros dossiês temáticos mobilizando assuntos de igual relevância.

Uma possível sequência futura das discussões reunidas nos textos do dossiê converge para algo que, já em 1984, o balanço de Anne-Christine Taylor apontava. A autora mostrava que, quando o americanismo tropical começou a se dar conta da inadequação do uso feito entre os anos 1950 e 1970 de modelos, noções e tipologias antropológicas oriundas de outras sociologias, geografias e contextos etnográficos, seu mal-estar não foi provocado apenas por um avanço das pesquisas etnológicas, mas principalmente por uma transformação radical da correlação de forças entre as sociedades indígenas e as não indígenas. Dizia ela:

A partir do momento em que os indígenas começam a falar por si mesmos, a se opor ativamente, e às vezes de maneira eficaz, sob formas organizadas e reconhecidas pelos burocratas nativos, à opressão de que são vítimas, torna-se cada vez mais difícil manter um discurso que os exclua como sujeitos e tratar suas sociedades como isolados utópicos. De boa ou má vontade, os etnólogos americanistas se veem, doravante, forçados a refletir sobre sua disciplina e responsabilidades morais, científicas e políticas. (Ibid., p. 231, tradução minha)¹²

Essa intuição da autora é confirmada em quase todos os artigos do dossiê, os quais apontam para a instalação dos indígenas, como cientistas (e às vezes simultaneamente artistas), nos diversos campos da etnologia indígena das TBAS. Nesse sentido, um desafio, que vem sendo lançado pelos estudantes indígenas às

12 No original: “A partir du moment où les Indiens se mettent à parler en leur nom propre, à s’opposer activement et parfois efficacement, sous des formes organisées et reconnaissables par les bureaucrates créoles, à l’oppression dont ils sont victimes, il devient de plus en plus difficile de tenir sur eux un discours qui les exclue comme sujets, et de traiter leurs sociétés comme des isolats utopiques ; de gré ou de force, les ethnologues américanistes se voient désormais contraints de réfléchir sur leurs discipline et sur leurs responsabilités morales, scientifiques et politiques”.

universidades públicas, toca a etnologia indígena das TBAS de maneira especial, fazendo com que a questão posta pelo antropólogo indígena João Paulo Tukano ressoe fundo em nossa disciplina:

Nós queremos que, na universidade pública, o Estado nos olhe como povos diferentes com epistemologias diferentes, nós temos muita coisa a contribuir, a minha pergunta é se as universidades estão preparadas para isso? (Campinas, 13 de outubro de 2016, 1ª audiência pública “cotas e ações afirmativas:

perspectiva histórica e papel da universidade pública no Brasil” – Unicamp)

Pode-se aventar, sem muito risco de perder a aposta, que em balanços bibliográficos futuros o pensamento indígena estará contido não mais como matéria, como epistemologias que costumam revelar aquelas da ciência dedicada a compreendê-las, mas como interpelações dirigidas às epistemologias constituídas e assentadas no meio acadêmico

Referências

- ALBERT, B.; RAMOS, A. R. *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte amazônico*. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BALDUS, H. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954. v. 1.
- _____. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. Hannover: Munstermann-Druck, 1968. v. 2.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.
- CLASTRES, P. Mitos e ritos dos índios da América do Sul. In: CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 89-133.
- COELHO DE SOUZA, M. A vida material das coisas intangíveis. In: COELHO DE SOUZA, M. E.; LIMA, E. C. (Orgs.). *Conhecimento e cultura: práticas de transformação no mundo indígena*. Brasília: Athalaia; Capes, 2010.
- DESCOLA, P.; TAYLOR, A-C. Introduction. In: _____. (Eds.). *La remontée de l'Amazone: anthropologie et histoire des sociétés amazoniennes*. Número especial. *L'Homme*, Paris, v. 33, n. 126-128, p. 13-24, 1993.
- FERNANDES, F. Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil. In: _____. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Anhambi, 1958. p. 17-78.
- HARTMANN, T. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. Berlin: D. Reimer Verlag, 1984. v. 3.
- HENLEY, P. Recent books on South American anthropology. *Anthropological Society of Oxford Journal*, Oxford, v. 11, p. 39-46, 1980.

- _____. Recent themes in the anthropology of Amazonia: history, exchange, alterity. *Bulletin of Latin American Research*, Medford, v. 15, n. 2, p. 231-245, 1996.
- KAPLAN, J. O. Orientations for paper topics e comments. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DES AMÉRICANISTES. 42., 1976, Paris. *Actes...* Paris: Société des Américanistes, 1977. p. 9-10 e 387-94. v. 2.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. 3. ed. Chicago/London: University of Chicago Press, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Mythologiques I-IV*. Paris: Plon, 1964-1971.
- _____. A noção de arcaísmo em etnologia. In: _____. *Antropologia estrutural*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 149-173.
- LARAIA, R. Os estudos de parentesco no Brasil. *BIB*, São Paulo, n. 23, p. 3-17, 1987.
- LIMA, A. C. S. O governo dos índios sob a gestão do SPI. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992. p. 155-172.
- LYON, P. J. *Native South Americans: ethnology of the Least Known Continent*. Boston; Toronto: Little, Brown and Company, 1974.
- MALINOWSKI, B. Kinship. *Man*, London, v. 30, p. 19-29, 1930.
- MEGGERS, B. et al. Revisiting Amazonia: circa 1492. *Science*, Washington, DC, v. 302, p. 2067-2070, 2003.
- MELATTI, J. C. A antropologia no Brasil: um roteiro. *BIB*, São Paulo, n. 17, p. 123-211, 1984.
- _____. *Índios do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1993.
- _____. Diálogos Jê: a pesquisa krahó e o projeto Harvard-Museu Nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 8, v. 1, p. 181-193, 2002.
- _____. América do Sul – por que áreas etnográficas? *Página do Melatti*, 2018. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/areas/a1amersul.pdf>>. Acesso em: 6 dez. 2018.
- RAMOS, A. R. Revisitando a etnologia à brasileira. In: MARTINS, B.; DUARTE, L. F. D. (Orgs.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 25-49.
- SCHADEN, E. Introdução: o estudo atual das culturas indígenas. In: _____. (Org.). *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 3-20.
- SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 2-19, 1979.

- STEWART, J. H. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington, DC: Smithsonian Institution. 1946-1959. 7 v.
- TAYLOR, A-C. L'Américanisme tropical, une frontière fossile de l'ethnologie. In: RUPP-EISENREICH, B. *Histoires de l'anthropologie*. XVI-XIX siècles. Paris: Klincksieck, 1984. p. 213-232.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Etnologia brasileira. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999. p. 109-223.
- VIVEIROS DE CASTRO, E.; e CARNEIRO DA CUNHA, M. C. (Orgs.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo: NHII/USP; Fapesp, 1993.